

Trumpismo e Soft Power: Um estudo sobre a construção da imagem dos Estados Unidos no governo de Donald Trump¹

LOPES, Ana Flávia²

RESUMO: O objetivo do artigo é compreender a importância do *soft power* para a condução da política externa dos Estados Unidos. Para fazer isso, partimos de uma análise histórica da política externa dos Estados Unidos no pós Guerra Fria para, depois, buscar compreender como as decisões tomadas pelo atual presidente Donald Trump podem afetar a reputação do país e a percepção e confiança que a comunidade internacional tem para com ele, através da inexistência de *soft power* em sua administração. A hipótese deste trabalho é que o trumpismo prejudica a imagem exterior dos Estados Unidos, com impacto na condução da política externa deste país.

PALAVRAS CHAVES: *Soft power*. Estados Unidos. Política Externa. Donald Trump.

ABSTRACT: The purpose of the article is to comprehend the importance of soft power for the conduction of the United States foreign policy. To do this we start from a historical analysis of the United States foreign policy in the post-Cold War, for then to understand how the decisions made by the current president Donald Trump can affect the country's reputation and the perception and confidence the international community has towards it, through the inexistence of soft power in his administration. The hypothesis of this work is that trumpism damages the external image of the country, impacting the conduction of foreign policy.

KEYWORDS: Soft power. United States. Foreign Policy. Donald Trump.

¹Trabalho de conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, sob o orientador: Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça.

²Graduanda do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia

1. INTRODUÇÃO

No ano de 1990, Joseph S. Nye Jr. publicou seu livro *Bound to Lead*, onde argumentava que ao contrário do que se acreditavam os Estados Unidos não passavam por um período de declínio, mas continuava sendo o país mais forte, no âmbito econômico, militar e em um terceiro que o autor denominou de *soft power*. Para entender o termo, e como é possível aplicá-lo no contexto social e político que vemos no governo atual dos Estados Unidos, é essencial a compreensão primeiramente do que é poder.

Se consultarmos Bobbio, Matteucci e Pasquino para encontrarmos a definição da palavra há diversos significados para o substantivo citado, alguns dos quais sendo “A capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos” e se focarmos no poder social, este se torna mais específico como “A capacidade geral de agir” até “A capacidade do homem em determinar o comportamento do homem” (1998, p. 933). Então é possível inferir que, poder é a habilidade de influenciar algo ou alguma coisa para conseguir o resultado desejado. Este podendo ser alcançado tanto através da coerção quanto da cooptação, passando por pagamentos, ameaças e cooperação. A escolha de que tipo de poder utilizar dependerá do contexto em que o relacionamento entre as partes existir.

O poder também pode ser entendido, como tudo aquilo que um Estado possui, e que o faz influente em seu meio, como sua localização, o tamanho de sua população, seus recursos naturais, e a força militar e econômica. Assim, um país é poderoso quando possui meios, quantitativos, para conseguir alcançar o que almeja. Essa definição é a mais usada, pois aos olhos comuns, é mais fácil acreditar na força e poder de um país, quando se pode ver todos os tanques e aparatos militares que este possui. Porém, esta visão pode se mostrar falha, como foi o caso da Guerra do Vietnã, onde os Estados Unidos eram muito mais desenvolvidos tecnologicamente e mesmo assim o país perdeu a guerra. Portanto, como é colocado por Joseph S. Nye Jr. (2004, p. 4), “*power resources cannot be judged without knowing the context. Before you judge who is holding the high cards, you need to understand what game you are playing [...]*”.

Para Hans Morgenthau, influente autor do realismo clássico, o poder é o objetivo principal daqueles que tomam as decisões das políticas internacionais. O poder político para ele é uma relação psicológica entre aqueles que praticam e aqueles sobre quem é praticado, ou mesmo os que fazem e os que obedecem, um relacionamento semelhante ao que o Estado tem

sobre o povo. Ademais, o autor difere o poder político da força física, onde as ameaças transcendem o hipotético e se transformam em exercício concreto. Essa divisão é necessária, pois o poder político tem retorno por três motivos: a possibilidade de benefícios, o respeito à autoridade e o medo de perdas. E estes são postos em prática através de ameaças, ordens e autoridade de determinado órgão ou indivíduo (MORGENTHAU, 2003, p. 52). Porém quando as ameaças se concretizam, o poder político se transforma em poder militar.

Além disso, Morgenthau faz quatro distinções entre: o poder e a influência, o poder e a força, o poder utilizável e não utilizável e o poder legítimo e o ilegítimo. A relação entre um conselheiro e o presidente de uma empresa é marcada pela influência. Isso porque, o conselheiro pode tentar influenciar na tomada de decisões, mas a decisão final será do presidente, aquele que possui o poder *per se*. A força e o poder devem ser distinguidos, como já foi citado, quando a ameaça se concretiza em um ato de violência física. O poder utilizável se distingue do não utilizável quando se toma as armas nucleares em consideração, pois quando um país decide ameaçar com o uso do poder nuclear, a ameaça se torna a destruição total. Isso porque se duas nações que possuem o mesmo nível de armamentos nucleares ameaçarem atacar uma à outra, o resultado seria catastrófico para as duas. Assim as ameaças se cancelarão. Já poder legítimo, ou aquele que é efetivado tanto legalmente como moralmente, tem maior perspectiva de ser aceito pelo povo do que aquele que transgrede as leis impostas.

Outro autor que se dispõe a analisar o termo é Raymond Aron, cientista político francês, que define mais amplamente poder como “a capacidade de fazer, produzir ou destruir” (ARON, 2002, p. 99). Apesar da complexidade de se mensurar o significado de poder, o autor acredita que a habilidade de influenciar sobre o comportamento ou sentimento de outras pessoas é a mais importante característica do termo, desse modo, poder para ele é essencialmente uma expressão reservada às relações humanas e não aos meios utilizados para se impor o que se deseja. O autor também faz a distinção entre o poder e a potência, o último sendo os recursos concretos que foram prontamente mobilizados para a atuação da política.

Porém, Aron acredita que a definição absoluta e essencial de poder pode ser mais prejudicial do que benéfica àqueles que lidam com a idealização de políticas. Isso porque, o poder possui diversos significados dependendo do contexto que este está inserido, tanto politicamente quanto geograficamente, e se tomada uma definição como absoluta, esta pode não ser a ideal para determinada situação.

Desse modo, quando se compreende o contexto em que está inserido, torna-se mais fácil escolher o tipo de poder que irá ser empregado. Como entre o *soft* e o *hard power*. O *hard power*, citado por Edward Lock (2010, p. 33), é a capacidade de um ator mudar a opinião de outros através de ameaças ou incentivos, ou de como é chamado pelo autor “*sticks and carrots*”. Isto inclui a violência física, no caso de um indivíduo, e as forças militares no caso do Estado, o que por consequência assume que o Estado que conseguir alcançar resultados positivos, possui maior riqueza investida em suas forças armadas, fazendo do poder financeiro uma característica do incentivo ao *hard power*.

Já o *soft power*, é definido por Nye Jr. como “[...] *the power of attraction, the influence of example [...] Soft power is the ability to get what you want by attracting and persuading others to adopt your goals*” (2010, p. 1). Desse modo, não é necessário o uso da violência, e o resultado acaba se tornando mais barato do que o uso dispendioso que pode se tornar os incentivos do *hard power*. Para tanto, os países devem criar agendas que salientam os seus princípios atrativos, como por exemplo, no caso dos Estados Unidos, sua devoção à democracia e aos fundamentos liberais de mercado, os lucros do comércio, e ao consumismo. Para muitos, estes preceitos são mais sedutores do que a ameaça ou incentivos monetários, e por isso são centrais para a construção de políticas capazes de mobilizar e cativar outros, o que a cada dia se torna mais importante, em um mundo multipolar com centenas de atores — tanto estatais quanto não estatais, como instituições internacionais, ONGs, organizações transnacionais e religiosas e até mesmo pessoas proeminentes —, onde os países que forem capazes de criar uma *network* sólida serão aqueles que terão maior notabilidade internacional.

Porém o *soft power* não pode ser lido como mera influência. Muitos analistas desconsideram o termo por o entenderem como sendo apenas o poder da cultura popular, os produtos comerciais disseminados em massa e obras cinematográficas de grandes estúdios. Mas para Joseph S. Nye Jr. estes são os recursos culturais capazes de contribuir para a criação do *soft power*, e apesar de serem partes importantes não são o todo. O *soft power* é composto de uma tríade: os valores do governo, a cultura e suas políticas governamentais, externa e interna. (NYE JR., 2004, p. 11).

Em primeiro lugar, os valores que um país carrega possuem enormes potenciais para criar *soft power* nacional. No caso dos Estados Unidos estes são a democracia, o materialismo, o progresso, a igualdade e o individualismo. A busca por compartilhar seus valores com o resto do mundo, após o atentado de 11 de setembro de 2001, levou diversas

mídias de comunicação a denominarem a política de construção de Estados em países fracos como o novo Destino Manifesto, sendo posto em prática pelo então presidente George W. Bush. Isso porque, o objetivo desta política era fazer países como o Afeganistão se tornarem sociedades abertas e livres, ou adotar as doutrinas preconizadas pelos Estados Unidos.

Em seguida, os valores culturais, uma das grandes razões de orgulho para os norte-americanos, são a mais popular forma de disseminar os pensamentos e opiniões de uma sociedade para o resto do mundo. Dado que esta categoria engloba arte, cinema, literatura, gastronomia, moda, educação e costumes. Desta forma a cultura alcança desde o mais rico até o mais pobre. E os Estados Unidos se beneficiam da posição de país mais influente do Ocidente. Isso porque a maior parte dos países compartilham os mesmos ideais e princípios democráticos daquele, e todos querem um pouco da tecnologia de ponta e das novidades que o país tem a oferecer. No entanto a cultura encontra um obstáculo quando tenta intervir em países com convicções totalmente contrárias, como por exemplo, se o restaurante de *fast-food*, McDonald's, vendesse hambúrgueres bovinos aos hindus da Índia. Assim, precisa-se entender o contexto social dos países para utilizar os recursos do *soft power* plenamente.

Outro exemplo de como a cultura pode ser benéfica quando se trata de construir laços com outros países são os intercâmbios, acadêmicos, religiosos, empresariais e culturais. Em uma pesquisa levantada pelo *Institute of International Education (IIE)*, no ano de 2015/2016, 1, 043, 839 estudantes estrangeiros cursavam em algum tipo de instituição de ensino superior nos Estados Unidos. Os maiores expoentes de alunos sendo China, Índia e Arábia Saudita. Isto representa mais de um milhão de estudantes que voltarão aos seus países e irão compartilhar suas experiências com seus colegas e familiares, criando uma propaganda de referência realista do país que visitaram, e não corroborando com as representações muitas vezes caricatas disseminadas pelos governos locais.

E por último, as políticas governamentais impactam amplamente em como a sociedade internacional enxerga os Estados Unidos, e podem ter efeitos de longo e curto prazos. As decisões que este governo toma podem afetar diretamente outros países, como por exemplo, quando envolve um tratado internacional. Quando a administração de Trump resolveu se retirar do Acordo de Paris, houve uma grande comoção internacional, e mesmo nacional, onde políticos do mundo inteiro fizeram declarações contra a decisão do presidente norte-americano. A saída do país significou um enfraquecimento no acordo, pois os Estados Unidos

atuavam em uma posição de liderança além de ser um grande contribuinte para às emissões de gás carbônico na atmosfera.

Houve também a decisão de suspender o *Deferred Action for Childhood Arrivals*, ou DACA, que era uma opção para imigrantes que chegaram ao país antes de completarem 16 anos. A suspensão, como será abordada mais profundamente na terceira parte deste artigo, levou a grandes demonstrações de desagrado, tanto em mídias sociais, quanto em forma de protestos nas ruas. Estes atos foram alguns dos vários golpes sofridos pelo governo Trump em relação ao seu *soft power*.

As consequências de tantas escolhas equivocadas do governo Trump são amplamente divulgadas nas mídias e em redes sociais, e instantaneamente analisadas com escrutínio, pois na era da informação em que vivemos o que acontece hoje se torna viral na mesma hora. E isto se intensifica por causa da constante presença e interação que o presidente tem nestas redes, sempre deixando claro sua posição nos acontecimentos diários, mesmo que estas sejam controversas, dando muitas oportunidades para quem deseja critica-lo assim fazê-lo.

Há ainda a combinação entre *hard power* e *soft power* que resulta no *smart power*, que nada mais é que a junção do poder de coerção e força ao poder da atração e persuasão. O exemplo mais conhecido de uso do *smart power* foi pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria, visto que ao mesmo tempo em que Estados Unidos e União Soviética estavam em conflitos indiretos, construindo armas e fazendo ameaças bélicas, o governo norte-americano promovia programas de intercâmbio às elites soviéticas para que quando estes voltassem para casa, disseminassem os ideais liberais que presenciaram nos Estados Unidos (LAYNE, 2010, p. 55).

Além disso, é importante apresentar o argumento de Geraldo Zahran sobre como é possível traçar um paralelo entre a teoria de Nye, sobre a aparente permanência dos Estados Unidos como o país mais forte do sistema internacional, e o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci. Isso porque, assim como Nye, Gramsci acredita que a hegemonia de um grupo, ou mesmo de um Estado, funciona através de um agrupamento de princípios — os de Nye sendo: a liderança tecnológica, extenso desenvolvimento econômico e militar, *soft power* e o eixo das comunicações transnacionais (NYE, 2002, p. 13) — assegurando a sua posição influente, ao mesmo tempo em que contempla o bem-estar daqueles que não exercem o poder.

Gramsci desenvolveu seu conceito de hegemonia, pois ele questionava a aceitação daqueles desprivilegiados de poder ao sistema capitalista que os exploravam em uma sociedade democrática. Para o autor, era esperada uma revolta contra a conjuntura para mudar a estrutura que os reprimiam, mas como foi visto por Gramsci no início do século vinte, não era bem isso que acontecia. Isso porque, com a formação de um Estado hegemônico, cria-se uma ideologia coletiva de que para alcançar determinado objetivo econômico, político ou social, é necessário se unificarem como sociedade. Aqueles que protagonizam a ordem acabam se tornando os líderes hegemônicos da comunidade, e desse modo legitima-se o poder deste.

A hegemonia do grupo então se espalha para todas as esferas da sociedade, difundindo ideias de resignação e aceitação. Isso sem necessariamente o uso da força, pois as ideias são repetidas e disseminadas através da cultura, mídias e a imprensa. Assim como Nye apresenta, quando reforça a importância do desenvolvimento do *soft power* de um Estado para divulgar seus princípios para o resto do mundo.

Com a globalização e a tecnologia avançando gradualmente, dando mais mobilidade e interação às pessoas, o mundo se torna cada vez menor, no sentido de que uma pessoa consegue fazer seu ponto de vista ser compartilhado em qualquer lugar do globo. Isso tem uma reação no *soft power*, pois dá o poder da palavra para qualquer pessoa que tenha algo para falar, e muitas vezes o governo não tem como controlar se isso beneficiará ou prejudicará a sua imagem. O que será desenvolvido nas próximas partes do presente trabalho é exatamente isso: Uma análise da política externa dos Estados Unidos no pós Guerra Fria e como as ações do atual presidente, Donald Trump, tem minado o *soft power* do país.

2. A POLÍTICA EXTERNA NO PÓS-GUERRA FRIA

Após o fim da Guerra Fria viu-se necessário o redirecionamento da política externa dos Estados Unidos. Isso se deu, pois ao término da Segunda Guerra Mundial até os últimos anos da década de 1980, seu principal foco foi à contenção do poder e da influência da União Soviética. No segundo mandato de Ronald Reagan e com a entrada de Mikhail Gorbachev no governo soviético, houve o triunfo de ideias novas e revolucionárias que substituíram as práticas institucionais que estavam enraizadas na URSS desde o fim da Segunda Guerra (HERRMANN, LEBOW, 2004, p. 09). Desse modo, os anos 1990 trouxeram um novo presidente à frente do governo norte-americano, George H. W. Bush, e com ele a implantação de uma política externa condizente com o contexto vigente.

Apesar de considerar a União Soviética com uma nova abordagem, o novo presidente não deixou de encarar este país como um poderoso adversário com grande capacidade militar e que, de modo geral, ainda mantinha conflitos de interesses entre eles. Assim, ele encarrega o seu time de segurança nacional para determinar os objetivos políticos e estabelecer quais políticas, de curto e longo prazo, seriam mais eficazes para lidar com Moscou. Condoleezza Rice, então diretora dos Assuntos Soviéticos e do Leste Europeu do Conselho de Segurança Nacional, alegou que a decisão mais acertada para o momento era um movimento mais ousado por parte dos Estados Unidos, indo além da contenção do problema e acelerando o cisma entra a Europa Oriental e as ideias do bloco soviético, trazendo Gorbachev mais para o oeste. Durante um discurso, em Maio de 1989, o presidente Bush declara que “[...] as armas são um sintoma, e não a fonte da tensão (da Guerra Fria). A verdadeira fonte de tensão é a divisão imposta e não natural da Europa” (BUSH, 1989). Além disso, também é a primeira vez que Bush endossa a glasnost e a perestroika (a abertura política e a reestruturação comercial).

Estampados na capa do The New York Times de 04 de dezembro de 1989 estavam os sorridentes Presidentes Bush e Gorbachev sob a manchete de que “Bush e Gorbachev proclamam uma nova era para os laços entre Estados Unidos-União Soviética; Concordam nos objetivos de armas e comércio” (ROSENTHAL, 1989, p.01), após a conferência em Malta onde, segundo Gorbachev, ele e o presidente norte americano acreditavam que as características da guerra fria deveriam ser abandonadas, e em seu lugar construir uma nova relação entre os países com o interesse de reestabelecer a Europa e acabar com os confrontos militares que existiam ali.

Durante os próximos meses as negociações continuaram, focando principalmente na reunificação da Alemanha, até que em maio de 1990 em uma cúpula na cidade de Washington, Gorbachev reconheceu que apenas os alemães poderiam determinar seu futuro. Assim, os quatro países que ainda ocupavam os territórios alemães, União Soviética, Estados Unidos, França e Reino Unido, renunciaram seus direitos na Alemanha e em Berlim. A então reunificada Alemanha declarou que a antiga Alemanha oriental e Berlim se tornariam uma zona permanente livre de armas nucleares. Apesar do apoio norte americano, a perestroika não foi o suficiente para salvar o sistema soviético. Com a economia ainda abalada e os gastos do governo aumentando progressivamente, a produção do país entrou em declínio o que levou à inflação. Em junho de 1991 Boris Yeltsin competindo com o candidato de Gorbachev,

ganhou as eleições e veio a ser o primeiro presidente do que se tornou a República Soviética da Rússia, e mais afrente, em dezembro do mesmo ano, após se reunir com os líderes da Ucrânia e de Belarus, decidiram dissolver a União Soviética e criar estados independentes. Todo o acordo foi reconhecido por Bush. (TUDDA, 2015, p.179).

A primeira crise internacional pós Guerra Fria que o presidente Bush enfrentou foi a Guerra do Golfo. Desde o seu início Bush acreditava que era papel dos Estados Unidos tomar a liderança internacional. Em um discurso proferido, em setembro de 1990, antes de uma sessão conjunta do congresso, o presidente delimitou claramente que o objetivo do governo norte americano na Guerra do Golfo era que as tropas iraquianas se retirassem completamente e imediatamente do Kuwait, sem nenhuma condição feita. O governo legítimo do Kuwait deveria ser restaurado e a segurança e estabilidade do golfo assegurada. Porém, segundo Bush, ao contrário do que Saddam Hussein acreditava esta não era uma guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, e sim do Iraque contra todo o mundo. Isto porque Bush enxergava esta crise como uma oportunidade para que a cooperação internacional se concretizasse. No discurso anteriormente citado, o presidente define esta era como “*a New World Order*”, ou uma nova ordem mundial, onde “[...] as nações do mundo, oeste e leste, norte e sul, possam prosperar e viver em harmonia.” (ESTADOS UNIDOS, 1990).

Para tanto, Bush aponta que o congresso deve decretar um programa de defesa que reflita as crescentes responsabilidades do país em lidar com os riscos constantes de atores ilegais e conflitos regionais. Assim, Bush e seus conselheiros vão atrás dos países membros das Nações Unidas em busca de apoio para uma abordagem mais ofensiva em face à invasão do Kuwait. Daqueles presentes na reunião, doze votaram a favor, Cuba e Iêmen se opuseram e a China se absteve. A resolução estabelecia que o Iraque tinha dois meses para retirar suas tropas dos territórios kuaitianos, e se não o fizessem, os membros da ONU estavam autorizados a usar qualquer meio necessário para restaurar a segurança na região. Porém essa decisão não foi recebida com bons olhos pela população e o congresso americano, que acreditavam que o envio de novas tropas para a área de risco não era a solução, e sim o reforço das sanções econômicas sobre o Iraque. Somente às vésperas da data final estabelecida para a ação conjunta entre os Estados Unidos e ONU contra o Iraque, que o congresso daquele país cedeu seu apoio à decisão, concordando que todas as opções diplomáticas haviam sido esgotadas (HESS, 2001, p.191).

Desse modo, no dia 16 de janeiro de 1991, o presidente Bush autoriza o início da Operação *Desert Storm*. Mesmo após haver o consenso, entre povo e governo, de que o combate era a única solução vitoriosa, não se extinguia o temor de novos desastres como a Guerra da Coreia, na década de 1950, e a Guerra do Vietnã. Contudo os temores não foram o suficiente para que cedessem. A primeira fase da guerra foi concebida para ser uma série de bombardeios, tendo como objetivo incapacitar o comando iraquiano, destruindo seus suprimentos e as linhas de comunicação. Em seguida iniciar-se-ia o conflito terrestre. A primeira parte do plano foi tão bem sucedida que segundo a opinião pública, não seria necessário o ataque terrestre. Mas esta convicção se provou infundada. Como retaliação ao ataque, Saddam Hussein enviou mísseis a Israel, causando danos consideráveis, para servir de chamariz, esperando que o estado respondesse com uma represália, tirando a atenção de seus outros assaltos. Porém Israel não atacou, satisfazendo as súplicas de Bush.

Com os contínuos ataques e execuções de jovens kuwaitianos, o presidente norte americano determinou, e foi apoiado pelo Conselho de Segurança da ONU, que Saddam Hussein dispunha de 24 horas para retirar suas tropas e ordenar o cessar fogo. Como Hussein não acatou as ordens, o ataque terrestre se iniciou em 23 de fevereiro, resultando em uma vitória rápida e expressiva para os EUA e a aliança da ONU. Já em 27 de fevereiro com todas as tropas fora do território do Kuwait, Saddam admitiu sua derrota, e aceitou as resoluções delimitadas pela ONU. (HESS, 2001, p.228). Com esta vitória, os números de aceitação do presidente Bush estavam a 89%. Mas a comemoração da conquista foi antecipada. Com o passar dos meses, a população norte americana chegou à conclusão de que com a permanência de Hussein no governo iraquiano, a batalha havia sido ganha, mas a guerra não havia terminado.

Na disputa presidencial do ano seguinte, Bill Clinton sobressaiu o então presidente Bush, que buscava a reeleição, se tornando o 42º presidente dos Estados Unidos. De acordo com John Dumbrell, em seu livro *Clinton's Foreign Policy: Between the Bushes* (2009, p.25), o novo presidente buscava a permeação entre as políticas domésticas e externas. Isto porque, para Clinton, a campanha de Bush negligenciou as questões domésticas do país. Desse modo, a sua política foi pautada em um comprometimento geoeconômico e um reconhecimento aos seus limites, no que dizia respeito à delimitação do engajamento diplomático e militar dos EUA no resto do mundo. A condição da participação norte americana se centralizava nas

consequências domésticas de conflitos regionais, obrigações com alianças internacionais e consideráveis interesses econômicos.

No início de seu governo, os assessores do presidente buscavam um novo guia para a política externa, encarando um sistema internacional sem ameaça aparente, pós Guerra Fria, e sem dar continuidade ao *New World Order* do presidente anterior. Sugerido por Tony Lake, assessor de segurança internacional do governo Clinton, o termo “ampliação democrática” se tornou o propósito central da política externa. Ele tinha como objetivo o posicionamento dos Estados Unidos como líder da globalização econômica, expandindo o livre comércio e a promoção da democracia, baseando-se na ideia de paz democrática derivada de Kant de que nações democráticas não fazem guerra entre si. Lake definiu que a política iria “*combine our broad goals of fostering democracy and markets with our more traditional geopolitical interests*” (DUMBRELL, 2009, p.42).

Um ponto em que ambos Clinton e Bush concordavam era como lidar com a ameaça apresentada pelo Iraque. O que se mostrou importante, pois a uma semana de Clinton tomar posse, houveram ataques aéreos coordenados entre americanos, britânicos e franceses contra os iraquianos. Foram enviadas mais tropas norte americanas tanto para a região do Golfo persa quanto para o próprio Kuwait quando o exército iraquiano se posicionou na fronteira kuaitiana. Além das tropas, em junho de 1993, o presidente ordenou um ataque aéreo com o serviço de inteligência iraquiano como alvo, como retaliação a um plano de assassinar o antigo presidente, George Bush, durante sua visita ao Kuwait em abril do mesmo ano. Dos 23 mísseis Tomahawk que foram lançados, 16 atingiram o alvo, 3 atingiram uma área residencial, e quatro desapareceram.

Outro polo que apresentava hostilidades na política internacional, e careciam da mediação que os Estados Unidos ofereciam, era entre Israel e os palestinos, um conflito que parecia ter um fim promissor, pois a Noruega atuava como catalisador, criando a Declaração dos Princípios de Paz no Oriente Médio, que simbolizava um acordo entre a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e Tel Aviv, onde ambos reconheciam que a paz oferecia maior garantia de segurança. Além disso, o acordo assinado em setembro de 1993 na Casa Branca, determinava a saída de Israel dos territórios ocupados, a OLP reconheceria Israel como um estado legítimo e em retorno Israel reconheceria a OLP como sendo o representante legítimo do povo palestino. Nos quatro anos seguintes os acordos foram se mostrando infrutíferos e provando que talvez o melhor jeito dos Estados Unidos lidar com a questão da

paz no Oriente Médio seria não se envolver, o que se alinhava com as políticas iniciais do governo Clinton na limitação dos engajamentos em conflitos internacionais (DUMBRELL, 2009, p.148).

Colocando em prática o que representava o foco de sua política externa, a liderança da globalização econômica, Clinton deu continuidade às discussões que já vinham sendo debatidas para a criação de um acordo comercial entre Estados Unidos e México. O acordo apresentava incertezas por parte dos norte americanos por receio de perderem seus empregos para a mão de obra mais barata que os mexicanos representavam. Porém não foi o suficiente para romper as conversações, pois em 1993 EUA, Canadá e México concluíram a negociação e criaram uma zona de livre comércio, o NAFTA, ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio. De acordo com Dumbrell, o novo acordo delimitava o espaço de 15 anos para eliminar as tarifas e os obstáculos sobre os investimentos estrangeiros diretos (2009, p. 51).

Para vender a ideia de um livre mercado, Clinton atrelou-o à ideia de globalização, que já era um tema amplamente discutido nos anos 90, com o avanço tecnológico e a revolução da informática. Segundo Clinton o mundo estava mais conectado do que nunca, o comércio não era mais apenas regionalizado e sim global, assim como serviços e informações. Para o presidente, as mudanças sentidas nesta década eram comparáveis com as daquela da Revolução Industrial (EDWARDS, 2008, p.101). A escolha de criar um grupo democrático de livre comércio norte americano incluindo o México, serviria de exemplo para outros países latino americanos que buscariam seguir o mesmo caminho, além de representar um grande mercado para os produtos do primeiro.

Análogo ao novo direcionamento econômico, o modo como a participação militar norte americana em conflitos internacionais se daria sob o governo Clinton também tomou uma nova forma, ou pelo menos uma nova denominação: o humanitarismo assertivo. Um exemplo é a operação *Restore Hope*, na Somália, que vivia uma guerra civil que assolava seu território onde era aterrorizada por milícias e pela fome, e foi iniciada em dezembro de 1992 e continuada sob o governo de Bill Clinton. Inicialmente a operação tinha como objetivo central uma missão humanitária, apenas protegendo àqueles que buscavam entregar ajuda internacional no país africano. O apoio era a princípio concentrado no espaço aéreo, ou seja, os alimentos eram enviados pelas aeronaves e lançados a baixa altitude em áreas de extrema precariedade. No entanto, os alimentos não chegavam às mãos dos civis, sendo interceptados por membros das milícias. Desse modo, o governo dos Estados Unidos percebeu que o único

modo de intervir seria por meio terrestre, especialmente com o uso de seu poder de fogo (KALTZ, 1993, p.04).

Assim, juntamente com as Nações Unidas, a operação para prevenir que as milícias e os grupos armados barrassem a distribuição de ajuda e alimentos para os somalis se iniciou, com tropas supervisionando a entrega destes suprimentos, tendo certeza que a ajuda chegaria para aqueles que mais precisavam. De início, este era o objetivo central. Mas em março de 1993, a administração Clinton apoiou no Conselho de Segurança da ONU uma resolução que afirmava o prosseguimento da operação humanitária, contudo, expandindo para o auxílio na criação de um governo e instituições democráticas no território, buscando estabelecer a ordem. Assim, aquele objetivo inicial de Clinton em sua política externa de limitar sua participação internacional, mostrou-se mais uma vez infundado, tomando agora uma abordagem de *nation-building*.

A operação foi denominada de UNOSOM. Sete meses depois da decisão no conselho da ONU, apoiadores do líder militar somali Mohammed Farah Aidid emboscaram soldados americanos, matando 18. Depois do ataque, o congresso norte americano pressiona pela retirada das tropas, que foi finalizada em março de 1994, muito influenciados pelo *CNN effect*. Esse efeito, nomeado pelo trabalho que a rede CNN fez durante a Guerra do Golfo, e a decorrência dele, instigou a população e o congresso norte americano tanto para a entrada no conflito somali, quanto na reivindicação para a saída dele. De acordo com Steven Livingston, em seu artigo de pesquisa *Clarifying the CNN effect*, este pode ser definido como o impacto que a então nova mídia de tempo real tinha sob a construção da diplomacia e da política externa (1997, p.01). E além de, certo modo, manipular a reação dos espectadores, esse tipo de mídia em tempo real também tirou a possibilidade dos *decisions makers* debaterem profundamente, pois a reação era esperada com a mesma urgência que as novas notícias surgiam.

Um tópico que se mostraria de extrema importância na década seguinte, e que pode ser destacado como um relevante ponto na agenda política de Bill Clinton são as ameaças terroristas, tanto domésticas, quanto internacionais. A primeira em 1993, logo no início de seu mandato, uma explosão no World Trade Center, o centro comercial de Nova Iorque, matando seis pessoas e ferindo mais de mil. O maior choque foi a percepção da desconstrução da ideia de que os terroristas não seriam capazes de organizar tal ato dentro do território norte americano. Apesar de o presidente assegurar que estava sendo feito todo o possível para

manter os americanos seguros em seu país, um pouco mais de dois anos após o primeiro ataque, houve a explosão de uma bomba na frente de um prédio federal na cidade de Oklahoma, matando 168 pessoas. E diferente do primeiro ataque, que foi conduzido por estrangeiros seguidores do fundamentalismo islâmico, o segundo ataque foi comandado por um norte americano que buscava vingança pelas políticas que o governo havia tomado em países estrangeiros como o Iraque, Vietnã e Líbia.

Para o presidente Clinton, estes ataques estavam atrelados à nova era da informação e como certas pessoas estavam usando da facilidade da propagação de opiniões para influenciar outras. Muitos tomaram o discurso de Clinton dias após o ataque em Oklahoma como uma ofensa à liberdade de expressão, pelo ênfase que esse deu à responsabilidade daquilo dito em público. Para mostrar que uma decisão havia sido tomada no que diz respeito às ameaças terroristas, é criada uma nova jurisdição federal para lidar com assuntos como o financiamento terrorista (DUMBRELL, 2009, p.136).

Para concorrer ao seu segundo mandato, Clinton apostou em posições centristas naqueles assuntos considerados mais importantes aos republicanos, o equilíbrio no orçamento fiscal, segurança, imigração e impostos, e a fórmula adotada funcionou, sendo reeleito em 1996. Em sua política externa o foco era a concepção de uma Europa pacífica e não dividida, a conquista de uma ordem de cooperação na Ásia Pacífico, a criação de meios multilaterais para o combate às ameaças transnacionais de segurança e a construção de uma estrutura de comércio para o século XXI. (DUMBRELL, 2009, p.21)

Um novo termo denominando o papel dos Estados Unidos na segunda metade dos anos 1990 era a de “Estado indispensável”, termo que foi de certo modo atribuído à nova secretária de Estado Madeleine Albright. Em sua autobiografia de 2013, *Madam Secretary*, Madeleine esclarece que apesar dos Estados Unidos terem muito em comum com muitos países, ele era único em poder e influência, e por isso deveria exercer o papel de guia e mediador internacional (p.553). E oportunidades não faltaram para o país demonstrar esse seu papel autodeterminado.

Um exemplo foi o *crash* financeiro da Ásia que iniciou na Tailândia em 1997 e se espalhou para outras economias do leste asiático. No início, a resposta norte americana foi através do Fundo Monetário Internacional (FMI), enviando auxílio em partes. Já em junho de 1998, o Tesouro dos EUA investiu dois bilhões de dólares em nome do iene japonês,

recebendo uma vasta repercussão negativa do congresso e do povo, e tendo como apoio grandes companhias do país. Por fim, o chamado *bailout* dos Estados Unidos em território asiático totalizou mais de 22 bilhões de dólares.

Seguindo a expansão da participação financeira em outras economias, e o crescimento do Conselho Econômico Nacional (CEN), que buscava levar em consideração políticas econômicas em todas as decisões presidenciais, outra prioridade era vista nos “dez grandes mercados emergentes”, que incluíam China, Índia, Brasil, Indonésia, México, Turquia, Coreia do Sul, África do Sul, Polônia e Argentina, e na ampliação do envolvimento norte americano nestas (DUMBRELL, 1997, p.182). Segundo Robert Reich, então secretário do trabalho no governo Clinton, a administração deste foi a mais favorável aos negócios até então na história americana. Isto porque, durante seu mandato, em torno de 500 acordos bilaterais ou regionais foram construídos em relação ao livre comércio e à comercialização de produtos norte americanos específicos.

Além da intervenção econômica, o então presidente buscava continuar com a expansão da democracia, pois para ele esse era o caminho para um país mais aberto e disposto a construir acordos comerciais e políticos. Assim, em um discurso, sobre sua política externa, em 1999 na cidade de São Francisco, Clinton apontou como um desafio para o novo século, guiar antigas inimizadas, a Rússia e a China, para o sistema internacional como países abertos e estáveis. A seu ver, o modo como estes se desenvolvessem na década seguinte, significaria um grande impacto em todo o mundo, o que se mostrou verdadeiro com a ascensão da China como a segunda maior economia global.

Porém o clima no âmbito doméstico começou a ser afetado por uma série de acusações contra o presidente a cerca de alegados episódios de assédio sexual e mau comportamento que o acompanhavam desde antes de ser eleito ao primeiro mandato. Em 1997, Paula Jones, uma das acusadoras contra Bill Clinton, consegue na Suprema Corte continuar com o processo contra o presidente, mesmo este ainda exercendo o cargo. Durante a construção da ação legal o caso de Monica Lewinsky com Clinton vem à tona e é adicionado à bola de neve, que acaba se tornando o foco da política norte americana até o fim de 1998, com o presidente confessando o relacionamento com a ex-estagiária. Como Clinton no começo das investigações havia negado qualquer envolvimento com Lewinsky, Kenneth Starr que servia como promotor do caso entendeu que existia base para um processo de *impeachment* contra o então presidente, pelo crime de perjúrio sob juramento e obstrução da justiça ao lidar com

possíveis testemunhas. O julgamento então foi para o Senado, e lá, Clinton foi absolvido das acusações que segundo os senadores eram de mau-gosto e envolvia assuntos privados do presidente. Assim, Clinton continuou no cargo restando-o ainda dois anos para cumprir em seu mandato (RILEY, 2018).

O seu próximo contratempo viria a ser os ataques das forças iugoslavas nos Balcãs, mais especificadamente no território do Kosovo. Para o Congresso, o presidente deveria tomar a iniciativa de participar de mais um conflito para o bem da população kosovar. A intenção era de que a interferência da OTAN, liderada pelos Estados Unidos, no conflito iria deter os crimes contra a humanidade cometidos ali pelo Estado, dentro de sua própria fronteira (ROBERTS, 1999, p.102). O conflito foi denominado com a primeira guerra humanitária, pois tinha como objetivo o impedimento antecipado da morte e expulsão de sérvios do que era ainda uma província da Sérvia. O que se mostrava incoerente, pois estava sendo usados princípios dos direitos humanos como base para iniciar uma guerra.

As forças aéreas depreendidas duraram 78 dias, e apesar de muitos desacreditarem que apenas ataques aéreos seriam o suficiente para a Sérvia aceitar a assinatura de um acordo, em junho de 1999 o mesmo acontece. As condições estipuladas foram as da saída integral do exército sérvio de Kosovo, sendo substituído por uma força da OTAN, e o apoio da ONU com tropas de *peacekeeping* e assumindo o controle da administração do território (DUMBRELL, 2009, p. 96-97).

Assim finaliza o segundo mandato de Bill Clinton, incompleto no que diz respeito às suas propostas de superar a política de poder do pós Guerra Fria, o unilateralismo e a remilitarização. Porém construiu fortes relações políticas e principalmente econômicas com países emergentes. Mas como sempre, muitos não estão satisfeitos e colocam no próximo candidato a responsabilidade de continuar o serviço e melhora-lo. Assim foi para Henry Kissinger, antigo secretário de Estado, que pronunciou que a política externa de Clinton foi “*a series of seemingly unrelated decisions in response to specific crises*” (THE ECONOMIST, 2000).

O republicano George W. Bush sucede Bill Clinton, vencendo o antigo vice-presidente democrata Al Gore, em uma eleição controversa envolvendo as novas cédulas de votação e a recontagem de votos do estado da Flórida. Estes impasses se mostrariam um prenúncio do governo atribulado de Bush. A política externa de Bush era guiada pelos preceitos

neoconservadores que presavam o nacionalismo assertivo, o militarismo e o universalismo imperial que doutrinava a democratização e uma hegemonia benevolente (PELEG, 2018, p.68). Bush pôde colocar em prática estes seus princípios logo no primeiro ano de seu mandato, respondendo aos ataques, que abalariam os Estados Unidos e o mundo, de 11 de setembro de 2001.

Em fevereiro do mesmo ano, aeronaves norte americanas e britânicas bombardearam alvos ao sul do Iraque que realizavam operações aéreas, com uma alta frequência e cada vez com maior sofisticação. O ataque foi denominado de legítima defesa e foi reforçada a execução da zona de exclusão aérea que já existia no local. Estes ataques foram somados a já longa lista de conflitos entre iraquianos e os Estados Unidos (NEWBOLD; QUIGLEY, 2001).

Além da ameaça no Oriente Médio que o Iraque representava, os Estados Unidos lidava com o desdobramento de suas relações com a China. Em abril, uma aeronave espiã norte americana foi abatida por um jato chinês, enquanto sobrevoava a região do mar do Sul da China, forçando o pouso em solo chinês. O incidente abala ainda mais a relação diplomática entre os dois países, pois os Estados Unidos exige o retorno do avião e sua tripulação. A situação deteriora quando, em uma entrevista ao programa *Good Morning America* da rede americana ABC, Bush deixa claro que faria “*whatever it took to help Taiwan defend herself*”, caso a China atacasse o território taiwanês. Essa franqueza foi sem precedentes, pois nas declarações presidenciais a oposição à China foi sempre feita implicitamente.

George Bush também não perdeu tempo ao por em prática sua visão mais unilateralista quando se tratando dos acordos internacionais que, no ultimo mandato, Clinton buscou consolidar e fortificar. Já no terceiro mês de sua posse, o presidente abandona a ratificação do Protocolo de Quioto, que buscava limitar as emissões industriais de gases tóxicos para reduzir o aquecimento global. Além desse acordo, Bush desliga-se do pacto para controlar o tráfico de armas de pequeno porte, o novo protocolo da Convenção de Armas Biológicas, o tratado de interdição dos ensaios nucleares e o tratado que estabelece a Corte Penal Internacional. Essa série de desligamentos foi nomeada de “Só diga não” (“*Just say no*”) (DAALDER; LINDSAY, 2003, p.112).

Mas o maior teste do governo Bush ainda estava por vir. No dia 11 de setembro de 2001 um avião comercial se choca contra a torre norte do World Trade Center, localizado no

distrito financeiro de Nova Iorque. A princípio tinha sido suposto que se tratava de um acidente. Menos de vinte minutos depois outro avião comercial se choca com a torre sul. E mais trinta e cinco minutos mais tarde um terceiro avião colide com o Pentágono em Washington DC. George Bush, que estava visitando uma escola primária na Flórida, é informado dos ataques e faz a declaração de que o terrorismo contra a nação não iria ser tolerado. Assim, o presidente é evacuado para a base da Força Aérea localizada na Louisiana, pelo risco que Washington estava correndo, e coloca todas as forças americanas ao redor do mundo em alerta máximo, prometendo caçar os responsáveis pelos ataques (ATKINS, 2008, p.352-358). No total, quase três mil pessoas perderam suas vidas nos atentados de 11 de setembro.

Nas semanas seguintes, o presidente Bush se mostra presente, visitando os locais dos atentados, e conversando com aqueles que haviam sido afetados. No dia 20 de setembro, durante uma sessão conjunta do Congresso, o presidente responsabiliza Osama bin Laden e a Al-Qaeda pelos atos terroristas, e apresenta os planos do governo para derrotar o terrorismo e seus perpetradores, chamando todas as nações do mundo para lutar ao seu lado na guerra ao terror.

Como resposta ao pronunciamento de Bush, o regime afegão deixa claro que não iria entregar a liderança da Al-Qaeda. A reação do governo norte-americano, juntamente com aliados britânicos é o bombardeamento, e mais adiante, a invasão do Afeganistão para dar apoio às forças militares anti-Talibã da Aliança do Norte. Essa força conjunta foi denominada de Operação da Liberdade Duradoura (*Operation Enduring Freedom*), e conseguiu inicialmente remover o Talibã do poder e abalar a Al-Qaeda. Porém, as forças insurgentes do país continuaram a se rebelarem, com o apoio da corrupção que crescia dentro das forças armadas e policiais do Estado afegão (NHHC, 2017).

No discurso proferido antes de uma sessão conjunta do congresso, em janeiro de 2002, George W. Bush se pronuncia acerca dos ataques no Afeganistão, e afirma que a guerra contra o terror está apenas começando. Além das tropas no território afegão, havia ainda forças americanas espalhadas pelo mundo, nas Filipinas, na Bósnia e na Somália, lutando contra os contingentes terroristas. E, além disso, o presidente define como objetivo a prevenção do desenvolvimento de armas de destruição em massa, que Estados como a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque buscavam desenvolver, e que por isso recebem a denominação de “eixos do mal” (GREENSTEIN, 2003, p. 12).

Além das medidas tomadas no âmbito da política externa, Bush não deixa a política doméstica para trás quando se trata do combate ao terrorismo. Para isso é criado o Ato Patriota, que nominalmente tinha como objetivo “preservar a vida e a liberdade”. O Ato passou tanto pelo senado quanto pelo congresso com uma ampla margem de aceitação, recebendo o apoio de membros do governo das mais variadas doutrinas políticas. Em tese a lei permitia entre muitos pontos, como são citados no livro de 2006 “*Hegemony or Empire?*”, o aumento da autoridade do governo para coordenar investigações e monitoramento dos cidadãos norte-americanos, além de acessar documentos pessoais, deter acusados de conspirações terroristas sem notificação anterior, deportação de imigrantes sem audiências apropriadas, e a expansão da definição do próprio termo terrorismo, para incluir protestos e desobediência civil (DAVID; GRONDIN, p. 56).

O governo norte-americano, que por muitos anos deu preferência à dissuasão quando tratava de Estados inimigos muda sua abordagem no pós 11/09, pois aguardar a comprovação da existência de perigo iminente poderia significar outro atentado inimaginável. Assim as políticas preventivas foram iniciadas. A mais importante delas, e muito controversa, foi à invasão ao Iraque, que representava uma ameaça, pois era denominado não apenas um patrocinador do terrorismo, com a suspeita de ter participado do ataque terrorista em 2001, mas também buscava ativamente armas de destruição em massa, além do histórico que o país já tinha na participação da Guerra do Golfo. O presidente Bush declarou que Saddam Hussein, então presidente do Iraque, deveria permitir a entrada de inspetores no território iraquiano para mostrar se havia ou não produção de armas de destruição em massa.

Buscando apoio para iniciar uma ação mais concreta contra o Iraque, Bush faz um discurso televisionado, em outubro de 2002, na cidade de Cincinnati, direcionado a todos os norte-americanos, delimitando as ameaças que aquele país e seu presidente representavam para a liberdade dos Estados Unidos. No discurso o então presidente identifica e rastreia na história daquele país, outras ocasiões de agressão, e relembra que uma das condições para o fim da Guerra do Golfo Persa era a eliminação e finalização de toda produção de armas de destruição em massa e o fim do apoio a grupos terroristas. Citando um inspetor de armas da ONU, Bush deixa claro sua posição em relação à Hussein como o problema fundamental daquele país sendo a própria natureza de seu regime e de seu líder, um ditador homicida (ESTADOS UNIDOS, 2002).

Além de buscar apoio civil, Bush também apela ao Conselho de Segurança da ONU, onde indica claramente sua intenção de por em prática ações militares contra o Iraque, para que esse acatasse enfim as resoluções impostas pela ONU. Se não houvesse apoio dos outros membros da organização, o presidente deixa claro que iria em frente com sua decisão sozinho. Apesar de encontrar reservas no uso de força militar por parte de membros permanentes como a França e Rússia, ambos concordam com a retomada das inspeções no território iraquiano, e reconhecem que houve violações às resoluções anteriores do Conselho de Segurança.

Em outubro do mesmo ano é aprovado no Senado e na Câmara a resolução autorizando o uso de força contra o Iraque uma vez que todas as opções diplomáticas haviam sido esauridas, com o fim de desarmar o regime das armas de destruição em massa. Porém, dando então continuação às inspeções, não foram encontradas evidências de que no território iraquiano havia estas armas ou algum tipo de projeto em andamento para a construção destas. Como Ritchie e Rodgers esclarecem em seu livro de 2007, *The Political Road to War with Iraq*, “Iraq had to prove that it did not have WMD or WMD programmes and no amount of inspections would be enough to convince the administration that Iraq did not have WMD” (p.108).

Depois de meses debatendo sobre a abordagem apropriada, em março de 2003, o presidente Bush faz um ultimato, dando ao líder iraquiano e seus filhos quarenta e oito horas para deixar o país, ou dar-se-ia início à intervenção militar. Como estes escolheram não cumprir àquela ordem, foi então, no dia 19 de março, iniciada a Guerra ao Iraque. Entrando na guerra com a expectativa de que o combate seria rápido e seus inimigos fracos, o exército norte-americano e seus aliados tiveram suas perspectivas subvertidas quando se viram comprometidos não apenas pela força iraquiana, que não se integrava apenas do exército como também de grupos guerrilheiros, mas ainda de fenômenos da natureza, como tempestades de areia.

Enquanto a guerra se desdobrava no Oriente Médio, milhões de pessoas marchavam demonstrando seu descontentamento com a decisão de Bush de ir em frente com o ataque, não apenas nos Estados Unidos, mas ao redor do mundo. Os principais pontos de insatisfação eram a rapidez em que se foi decidido pelo início da guerra e o interesse oculto norte-americano à invasão do território iraquiano com o intuito de se apossar dos extensos campos de petróleo locais. Apesar dos protestos ficarem marcados na história como um dos maiores de todos os tempos, o índice de aprovação do presidente Bush não sofreu oscilações

significativas durante a guerra, de acordo com os dados oferecidos pelo site de análise Gallup, passando de 71% no início, para 69% no mês de maio, quando Bush declara que as principais operações de combate foram finalizadas.

Apesar de atingir o propósito de derrubar o regime de Saddam Hussein do Iraque, a ameaça não podia ser considerada finalizada pois o ditador havia sobrevivido aos ataques, e passou a se esconder. Enquanto Hussein estivesse vivo, havia a iminente possibilidade do seu retorno ao poder. Assim, novos ataques foram lançados em locais em que a inteligência americana acreditava que Hussein e seus aliados estavam. Em julho de 2003 foi noticiada a morte dos filhos do ditador por forças americanas, mas o seu paradeiro continuava sendo um mistério.

No âmbito doméstico, o governo de Bush lidava com o escândalo, no ano de eleições, que espalhou pela mídia quando, no início de 2004, veio à tona histórias que afirmavam que prisioneiros de Abu Ghraib, prisão no território iraquiano, estavam sendo abusados, torturados e humilhados pelos guardas norte americanos, que faziam parte do exército. Como agravante da situação, surgiram fotos e vídeos que os próprios suspeitos registraram. Quando ficou claro que uma rede de televisão estava em posse destas provas, o pentágono entrou em contato para convencê-los a não publicar a história com medo de que inflamasse ainda mais os ânimos no Iraque. Além disso, havia ainda a preocupação com a segurança dos reféns norte americanos mantidos em cativeiro pelos terroristas. Porém em abril do mesmo ano a história foi publicada, recebendo uma grande onda de desaprovação, tanto externa quanto internamente. Na mídia internacional, principalmente árabe, houve extensas críticas direcionadas ao exército estadunidense, ponderando que o escândalo poderia aumentar as tensões na região (DADGE, 2006, p. 84 e seg.).

Em outubro daquele ano, o canal televisivo Al-Jazeera transmite uma filmagem de Osama bin Laden onde ele se direciona para toda a população norte-americana, os aconselhando em como prevenir outro ataque como àquele de 11 de setembro de 2001. De acordo com seu discurso, a decisão de seguir em frente com o ataque se deu pela “opressão e tirania” que se resultou da aliança entre Estados Unidos e Israel contra a Palestina e Líbano. Além disso, ele ainda aponta que Bush deu prioridade ao interesse privado das grandes corporações aos interesses do povo, quando decidiu pela invasão ao Iraque, isso porque sua ambição era “o ouro negro, como bin Laden o chama. Bush se mantém firme com sua posição de que a Guerra no Iraque era central para a guerra ao terror havendo um grande sismo entre

as opiniões republicanas e democratas sobre o assunto. Com isso, a eleição daquele ano foi a mais dividida entre os partidos, com Bush entrando no seu segundo turno com aprovação democrata caindo cada vez mais (EDWARDS III; KING, 2007, p.282).

Uma das mudanças que o segundo termo de Bush trouxe foi um novo secretário de estado, que até então tinha sido exercido por Colin Powell, e agora seria de Condoleezza Rice. Sob a gestão de Rice a administração se tornou mais diplomática, e uma das primeiras ações do governo neste novo mandato foi uma viagem diplomática à Europa para apaziguar relações com a Rússia, Alemanha e França após a Guerra no Iraque. Outro objetivo de Rice era o fortalecimento das relações com a Índia, concordando em desenvolver vínculos comerciais no mercado de tecnologia nuclear civil. Mas esta aproximação tinha razões além do comércio, porque uma Índia desenvolvida representaria um contrapeso para a China.

Outra política voltada para o continente asiático foi à aprovação de uma declaração conjunta entre os membros do Grupo dos Seis, que além dos Estados Unidos, incluíam a Coreia do Sul, Coreia do Norte, China, Japão e Rússia. Essa declaração deu oportunidade para que os membros pudessem negociar sobre desnuclearização, garantias de segurança, e acima de tudo, uma cooperação que buscava a paz duradoura no nordeste asiático (VAN DER PUTTEN, 2008, p.45). Bush também se reuniu com o primeiro ministro do Vietnã, com quem buscava desenvolver além de uma relação comercial, mas também enfatizar o tratamento que aquele país dá aos direitos humanos e às minorias étnicas e religiosas. O presidente reforçou a ideia de que para o vínculo norte-americano e vietnamita se desenvolver, é preciso o comprometimento com a liberdade e a democracia.

É também no governo Bush que se inicia a reforma do sistema de imigração e no controle de fronteiras, principalmente àquela com o México. Em 2006 Bush assina um ato para a construção de mais de 1.000 quilômetros adicionais de barreira na fronteira entre os dois países, além de aumentar veículos de patrulha e agentes patrulheiros. Apesar de endurecer as leis, Bush era contra um programa de deportação em massa, e acreditava que um projeto de trabalho temporário satisfaria a necessidade da economia norte-americana e diminuiria as taxas de imigração ilegal.

As eleições de 2008 trariam aos eleitores norte-americanos a promessa de mudança. Isso porque Barack Obama, que concorria pelo partido democrata, representava um poder que há muito não se via no governo. Era jovem, carismático, moderno, e conseguiu criar um canal

de comunicação direto com seus eleitores através das redes sociais. Além disso, foi o primeiro presidente negro dos Estados Unidos. Em sua autobiografia Madeleine Albright descreve que a sensação no dia em que Obama tomou posse era de promessa, oportunidade e esperança. Para muitos significava uma oportunidade para restaurar a reputação do país que estava muito além de desgastada, e esperança de que, apesar de sua vitória não apagar os fantasmas da segregação racial do passado, o futuro poderia trazer mudanças positivas (2013, p.561).

Ao contrário da antiga administração, Obama daria mais ênfase na diplomacia e na cooperação com seus aliados, onde Bush fazia uso excessivo do poder militar. Em seus discursos, Obama deixava claro que construiria suas políticas com base no diálogo e na troca de ideias, ouvindo a opinião de outros. Isso se mostrou verdadeiro quando participou da primeira discussão online da Casa Branca onde o público podia enviar perguntas sobre seu governo e o presidente respondia em uma transmissão ao vivo. Essa estratégia buscava maior transparência na tomada de decisões e ainda dava a Obama uma imagem mais acessível, ganhando apoio público,

Seguindo a estratégia da construção do diálogo e do uso do *soft power* para legitimar a posição dos Estados Unidos, Obama discursou na universidade do Cairo sobre a proposta de um novo começo para seu país e muçulmanos ao redor do mundo, reconhecendo que o passado conflituoso e pontuado de guerras colonialistas e religiosas existiu e não vai ser mudado da noite para o dia, mas que com respeito e tolerância, os países possam colaborar e alcançar a justiça e a prosperidade. Obama também pontuou a controversa decisão de iniciar a Guerra no Iraque, apesar de acreditar que o país proverá sem a presença tirânica de Saddam Hussein, onde, para ele, o uso da diplomacia e do consenso internacional deveria ter sido usado para resolver os problemas no âmbito internacional (ESTADOS UNIDOS, 2009).

Obama também ressaltou o conflito entre Israel e Palestina, dois povos com legitimidade para com um território, que por muitos anos não conseguem chegar a um acordo para a resolução do impasse. Para o presidente a única solução seria que as duas partes concordassem na criação de dois Estados separados, onde ambos palestinos e judeus pudessem viver em paz e segurança. Como consequência da sua participação na resolução de conflitos internacionais, talvez no que seria uma das maiores representações físicas do *soft power* que Barack Obama encarnava, foi a sua premiação pelo Nobel da Paz, estando a menos de um ano no cargo. Em outubro de 2009, o comitê do Nobel da paz viu nos esforços do presidente para o fortalecimento da diplomacia e cooperação internacional e na importância

que este dava para um mundo sem armas nucleares e conflitos bélicos, o representante do prêmio naquele ano.

Os esforços para a redução dos armamentos nucleares deram sequência com a sanção do tratado sobre Medidas para a Redução e Limitação Adicionais de Armas Estratégicas Ofensivas (*New Start*), entre Estados Unidos e Rússia. Ambos concordaram com a redução da reserva de armamentos e definiram limites que poderiam ser inspecionados, mantendo a transparência do monitoramento.

Outro importante marco na administração de Obama contra o terrorismo foi a reinterpretação deste. Desde suas campanhas alguns de seus principais pontos eram o encerramento das atividades da prisão de Guantánamo, o fim da tortura e a suspensão do uso do termo “guerra ao terror” ao se referir às ações contra o terrorismo. Agora, para evitar englobar todas as atividades e grupos terroristas sob uma mesma égide, usar-se-ia o termo “operações de contingência no exterior”. Apesar do termo não ter sido aderido, os esforços continuaram, e em maio de 2011, em um discurso direcionado para toda a nação, Barack Obama anuncia a morte de Osama bin Laden, líder da Al Qaeda, como resultado de uma operação conduzida pelos oficiais norte-americanos no Paquistão (DAVIS, 2011, p.170). Como continuação nos esforços estrangeiros para a finalização dos conflitos internacionais, Obama ainda cumpre com a promessa de retirar os últimos contingentes militares do território iraquiano, colocando um fim a guerra que durou mais de oito anos.

Com o fim de seu primeiro mandato em 2012, Obama encerrava o ano com 53% de aprovação, de acordo com dados fornecidos pelo Gallup, avançando para o seu segundo mandato após ganhar as eleições contra o candidato republicano Mitt Romney. Logo no primeiro mês de sua reeleição Obama apresenta uma reforma de quatro partes para a imigração: o fortalecimento das fronteiras; a repreensão às empresas que usam força de trabalho imigrante ilegal; resposta judicial àqueles imigrantes ilegais presentes no território norte-americano, os responsabilizando ao pagamento de impostos e de multas e passar por verificações de antecedentes; e a simplificação do sistema imigratório para famílias e trabalhadores (ESTADOS UNIDOS, 2013).

De acordo com Julian E. Zelizer, em seu livro de 2018, *The Presidency of Barack Obama: A First Historical Assessment*, durante a administração de Obama, mais de 2.5 milhões de imigrantes ilegais foram removidos do território norte-americano. Mas foi também

no seu governo, e com o uso de sua ordem executiva, que o DACA, lei que possibilitava aos imigrantes de até 31 anos que estavam no país por pelo menos cinco anos, e que chegaram com pelo menos 16 anos, permanecerem nos Estados Unidos sem perigo de deportação, renovando sua documentação a cada dois anos (p.143 e seg.).

Além da imigração, outro tópico controverso que Obama lidou foi com o plano climático. Para os Estados Unidos, um país vigorosamente capitalista, aceitar que é necessária a diminuição da emissão de gás carbono, era necessário um presidente com fortes convicções e grande força de vontade. E foi no seu segundo termo que Obama decidiu que era hora de enfrentar o problema. Em seu plano, o presidente enfatiza a necessidade de diminuir as emissões de carbono, para isso, um subsídio para a criação e desenvolvimento de novas plantas de energia renováveis, e também a preparação para as mudanças climáticas que já estão sendo sentidas e ainda a maior participação nas discussões internacionais para a cooperação nas alterações climáticas globais.

É neste mesmo passo que Obama participa do Acordo de Paris, dando continuação aos seus esforços em posicionar os Estados Unidos como um país cooperativo e multilateral. Além disso, o presidente assume que o país tem uma grande responsabilidade para com as emissões de carbono, por ser um grande produtor industrial e agropecuário, onde ele e a China contabilizavam 38% das emissões globais. Ambos os países, e mais 193 aceitaram participar do acordo (ZELIZER, 2018, p.66).

Um dos momentos em que a abordagem pela diplomacia foi considerada falha foi para lidar com a Crise na Crimeia. Para Obama, uma nova Guerra Fria não era viável para a resolução dos conflitos. O perigo nas ameaças de ataques nucleares eram grandes demais para correr o risco, respondendo assim apenas com sanções financeiras. Enquanto isso Vladimir Putin, presidente da Rússia, desenvolvia um crescente apoio para o candidato a tomar a vaga de Obama nas próximas eleições: Donald Trump.

3. O SOFT POWER NO PRIMEIRO ANO DO MANDATO DE DONALD TRUMP (2017-)

As eleições presidenciais norte-americanas de 2016 estiveram no centro das atenções não apenas no foco político, mas em todos os âmbitos, desde econômico até cultural. A competição estava acirrada entre a candidata democrata Hillary Clinton, primeira mulher nomeada por um grande partido, e o candidato republicano Donald Trump, que por muito

tempo não foi levado a sério por não ter um histórico militar ou político, e também pelo o que a sua figura pública representava. Muitas controvérsias surgiram durante a campanha, principalmente pelo fato de que Trump era um usuário assíduo das redes sociais, em específico o Twitter, plataforma onde em 280 caracteres, o candidato não media suas opiniões, e falava sem filtro sobre sua adversária e qualquer outro tema em que se sentia intitulado.

Quando em novembro daquele ano Donald Trump venceu as eleições, foi com uma onda de incredulidade que a notícia foi recebida. Incredulidade e incertezas, porque após sua vitória, veio à tona um escândalo que colocou sua posição em cheque. Isso porque a Rússia foi acusada de interferir na eleição presidencial, ajudando na campanha de Trump, cometendo fraudes no Facebook e Twitter e vazando documentos do partido democrata. Tudo isso sorrateiramente. Trump apesar de ser eleito pelo colégio eleitoral perdeu no voto popular, deixando clara a opinião da maioria dos eleitores.

Em seu discurso inaugural, Trump reforça a ideia que ele já vinha demonstrando durante sua campanha com o slogan *“Make America Great Again”* (torne a América boa novamente), de que a sua administração será *“America First”* (América em primeiro lugar), dando voz àqueles que classificavam o candidato como populista e nacionalista de direita. Além disso, Trump ainda enfatiza a necessidade de priorizar o processo industrial e comercial do país, produzir em solo americano, com força de trabalho americana e no final, comercializar os produtos no próprio território norte-americano (ESTADOS UNIDOS, 2017).

Tudo isso foi de encontro com os pontos que Donald Trump deixava claro em seus discursos, entrevistas e comícios: que ele protegeria com toda força as fronteiras dos Estados Unidos, tendo como ponto central a controversa construção de um muro na fronteira dos Estados Unidos com o México. Porém não seria apenas a fronteira terrestre que receberia mais atenção da segurança nacional, mas também os processos de imigração sofreram duras sanções logo no início de seu mandato. A suspensão da emissão de vistos para imigrantes oriundos de países do Oriente Médio e até mesmo a proibição da entrada destes no território norte americano foi determinada em uma ordem executiva sob o nome de *“Protegendo a nação de terroristas estrangeiros a entrar nos Estados Unidos”*. O Irã, Líbia, Somália, Síria, Iêmen, Venezuela e Coreia do Norte foram os países mais afetados pelo banimento. Além da emissão de vistos, o programa de admissão de refugiados também foi suspenso (ESTADOS UNIDOS, 2017).

Esta decisão teve enormes repercussões dentro do território norte americano, milhares de pessoas protestaram nos aeroportos onde imigrantes eram detidos diariamente, sem poder entrar no país. Para muitos o banimento ia contra a ideia de que os Estados Unidos é um país com um passado que foi construído por imigrantes. O princípio de liberdade e democracia que o país prega como incontestável estava sendo testado, e representava apenas o primeiro de muitos danos que o *soft power* americano iria sofrer ainda nesta administração.

Outra demonstração contrária ao governo Trump, logo após a sua tomada de posse foi a Marcha das Mulheres, que representava uma miríade de questões progressistas, de aborto legal, direitos de votos, assistência médica para todos, igualdade racial e de gênero até a proteção ao meio ambiente. Para os protestantes, Trump encarna tudo aquilo que eles lutam para mudar, um misógino intolerante. A desaprovação aumentou após vir à tona uma gravação em que Trump faz comentários contra as mulheres, e diversas acusações de mulheres de conduta sexual imprópria contra ele.

Ainda em junho de seu primeiro ano no governo, Trump anuncia que os Estados Unidos iria se retirar do Acordo de Paris, tratado que está no âmbito da ONU e visa diminuir as emissões dos gases estufa. Para o presidente, o tratado afetava a economia e a soberania norte-americana, impondo padrões impossíveis de serem alcançados pelas indústrias e trabalhadores do país. As reações foram todas contrárias à decisão do presidente. Os outros países membros do tratado negaram a possibilidade de renegociação das emissões. Grandes empresários do país também deixaram claro que apesar do governo não fazer mais parte do tratado, suas empresas continuariam a diminuir as emissões de gases poluentes de forma privada (SHEAR,2017).

Com o clima doméstico ficando cada vez mais incerto, os grupos ultranacionalistas ganharam mais adeptos e se tornaram mais pros a cometer atrocidades nas ruas em passeatas e protestos pelo país. Para esses grupos, o governo Trump acabava sendo um exemplo a ser seguido, encontrando um maior espaço para certificar suas crenças e atos, usando como justificativa o patriotismo e o amor nacionalista pelo seu país. Os imigrantes, negros, homossexuais, feministas, são seus inimigos, e inimigos da liberdade de seu país. Trump, ao invés de repudiar o comportamento e os crimes muitas vezes cometidos nessas passeatas, defendia os nacionalistas dizendo incluir “boas pessoas”. Enquanto isso, imigrantes ilegais eram deportados às centenas em ataques surpresas através do país.

Porém não apenas imigrantes ilegais. Donald Trump revogou a validade do programa DACA (*Deferred Action for Childhood Arrivals*), programa este que permitia que crianças imigrantes que chegaram ao país ilegais fossem protegidas da deportação quando adolescentes e jovens adultos. O programa que havia sido criado sob a administração de Barack Obama foi abolido por aumentar a insurgência de crianças desacompanhadas na fronteira sul do país e pela ameaça que estes imigrantes se tornariam quando entrassem no mercado de trabalho, teoricamente tomando vagas de trabalho que iriam para nativos americanos. Ou esta foi a justificativa usada pelo governo ao acabar com o DACA. Como o programa requer que os imigrantes renovem seu pedido de permanência no país a cada dois anos, o futuro de milhares de jovens é incerto.

Muitas manifestações contra as ações do presidente Trump foram noticiadas na mídia, o *soft power* do presidente a este ponto já estava inexistente. A aprovação do presidente no fim do seu primeiro ano de mandato estava em 39% de acordo com dados fornecidos pelo Gallup. O que ficou claro foi que todos aqueles com visibilidade e com uma plataforma em que pudesse expor sua opinião contra os rumos em que o presidente estava levando seu país assim o fizeram. Atores durante as premiações da televisão e do cinema citaram o banimento aos imigrantes de países árabes, a criação do muro na fronteira com o México, e na importância da tolerância e empatia. Os atletas da NFL (Liga Nacional de Futebol Americano), e mais tarde atletas de outros esportes, começaram a se ajoelhar durante o hino nacional como forma de protesto ao uso indiscriminado de violência contra negros por policiais e a opressão às pessoas de cor.

Em novembro de 2017, Trump parte para uma viagem em que visita cinco países asiáticos com o objetivo de fortalecer as cooperações diplomáticas e econômicas. O interesse principal era consolidar as relações com aqueles países para juntos, resolver a desnuclearização da Coreia do Norte, e ainda promover uma abertura na região Indo-Pacífica e avançar nas trocas comerciais. Com a sua popularidade em crescente declínio, o resultado da viagem era um tanto quanto incerto, pois a influência norte-americana na Ásia aparentava certa decadência. O presidente deixou a Parceria Transpacífica de lado, priorizando acordos comerciais bilaterais, o que não afetou o andamento dos acordos multilaterais desenvolvidos pelos países daquela parceria.

O último momento chave do primeiro ano do mandato de Donald Trump foi o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, planejando a transferência da embaixada

norte-americana de Tel Aviv para a cidade santa. A mudança vem depois de décadas rejeitando o reconhecimento por causa dos incessantes conflitos entre Israel e palestinos. Para Trump, a oficialização do reconhecimento representaria um passo mais próximo da paz. O que acabou não sendo a realidade. A reação dos Estados e organizações internacionais foi de críticas e repreensões, com receio de uma escalada de tensões na região, e que para muitos o único resultado satisfatório seria com uma solução de dois Estados, com Jerusalém sendo uma capital compartilhada entre ambos.

Assim os Estados Unidos entra em 2018 sob um governante imprudente, com a reputação do país refletindo à de seu presidente. O país não mais representa os valores ocidentais e o símbolo de estabilidade e liderança, que por tantos anos fez parte de sua trajetória. O clima internacional é imprevisível e de incertezas, não existindo mais espaço para discussões multilaterais. O *soft power* estaria danificado ao ponto de não haver mais retorno?

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *soft power* dos Estados Unidos mesmo quando não exposto com letras garrafais para o mundo, esteve de certo modo sempre presente impregnado nas políticas dos governantes analisados no presente trabalho. Isso se dá em parte pelo poder global que o país exerce no âmbito internacional, oriundo de anos e anos trabalhando para estar sempre à frente das negociações, dos pactos, das tomadas de decisões. O próprio país emana uma aura de dominância e progresso.

Desse modo, analisar as escolhas dos chefes de governo e julgar se foram as mais apropriadas para o clima político fica mais fácil quando as consequências para aquelas decisões já foram finalizadas. Isto é, examinar uma administração contemporânea e concluir que as tomadas de decisões atuais são erradas, sem saber o seu desfecho é deficitário.

Porém o governo de Donald Trump vai além do pré-julgamento. Mesmo se suas decisões políticas levar o país ao seu melhor desenvolvimento já visto, o que ficará gravado na memória, não apenas de seus eleitores, mas do mundo inteiro, é seu comportamento impulsivo, combativo e destrutivo. A falta de diplomacia e cooperação multilateral internacional deixa os Estados Unidos cada vez mais solitário. Fechar literalmente suas fronteiras para a diferença prejudicará a condição de heterogeneidade que o país sempre representou.

A identidade do país está ameaçada quando aqueles que fazem parte dele, não mais se reconhecem em seus líderes. Já foram muitas as demonstrações de repúdio e indignação contra Donald Trump, e seus índices de aceitação confirmam isso. A reputação dos Estados Unidos começa a se atrelar àquela de seu representante, e a minoria ultranacionalista presente no país encontra justificativas para seus atos abomináveis.

O que a análise das administrações dos presidentes do pós Guerra Fria pode mostrar é que mesmo enfrentando diversas guerras, conflitos, escândalos no âmbito doméstico, atentados, crises econômicas, nestas mais de duas décadas, o país conseguiu sempre dar a volta por cima e se reinventar. Assim foi com a entrada de Obama no poder, e, não como desejável, assim foi com a entrada de Trump. Desse modo, a situação atual pode parecer irreparável, e os danos sofridos irremediáveis, mas com o certo candidato nas próximas eleições, os Estados Unidos podem voltar a tomar o lugar de líder democrático, liberal e diplomático que exerceu por tantos anos na conjuntura mundial.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALJAZEERA. **Full Transcript of bin Ladin's speech.** Al Jazeera Media Network, 1 de novembro de 2004. Disponível em:

<<https://www.aljazeera.com/archive/2004/11/200849163336457223.html>>. Acessado em: 10/04/2019.

ALBRIGHT, Madeleine. **Madam Secretary: A Memoir.** Nova Iorque: Harper Perennial, 2013.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1 ed., 2002.

_____. **The anarchical order of power.** Daedalus, vol.124, n.3, 1995, p. 27-52.

ATKINS, Stephen E. **The 9/11 Encyclopedia.** Westport: Praeger Security International, 2008.

BAHADOR, Babak. **The CNN Effect in Action.** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.

DAALDER, Ivo H.; LINDSAY, James M. **Bush's Foreign Policy Revolution**. In: GREENSTEIN, Fred I. *The George W. Bush Presidency: an Early Assessment*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003.

DADGE, David. **The War in Iraq and why the Media Failed Us**. Westport, Connecticut: Praeger, 2006.

DAVID, Charles-Philippe; GRONDIN, David. **Hegemony or Empire? : the redefinition of US power under George W. Bush**. Ashgate E-book Publishing, 2006.

DAVIS, John. **The Barack Obama Presidency**. Palgrave Macmillan, 2011.

DEVANE, Ciarán. **Why soft power and cultural diplomacy matter**. Johannesburg: Witwatersrand University, 2015. Disponível em: <<http://www.saiia.org.za/speeches-presentations-other-events-materials/843-20150625-british-council-soft-power-speech/file>>. Acessado em: 27/09/2017.

DUMBRELL, John. **Clinton's Foreign Policy: Between the Bushes, 1992-2000**. Nova Iorque: Routledge, 2009.

_____. **American Foreign Policy: Carter to Clinton**. Londres: Macmillan Press, 1997.

EDWARDS, Jason A. **Navigating the post-cold war world: President Clinton's foreign policy rhetoric**. Lexington Books, 2008.

EDWARDS III, George C.; KING, Desmond S. **The Polarized Presidency of George W. Bush**. Oxford University Press, 2007.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1989-1993: George H.W. Bush). **Address Before a Joint Session of Congress**. Washington, DC, 11 de set. 1990. Disponível em: <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/september-11-1990-address-joint-session-congress>>. Acessado em: 18/10/2018.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1989-1993: George H.W. Bush). **Remarks to Citizens in Hamtramck, Michigan**. 17 de abril de 1989.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1993-2001: Bill Clinton). **Remarks by the president on foreign policy**. São Francisco, 26 de fev. 1999. Disponível em: <<https://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/clintfps.htm>>. Acessado em: 24/11/2018.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2001-2009: George W. Bush) **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. Washington, DC, 29 de jan. 2002. Disponível em: <<https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-before-joint-session-the-congress-the-state-the-union-22>>. Acessado em: 03/12/2018.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2001-2009: George W. Bush) **Remarks by the President on Iraq**. Cincinnati, Ohio, 07 de out. 2002. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/10/20021007-8.html>>. Acessado em: 07/04/2019.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2001-2009: George W. Bush) **Statement by President Bush at the United Nations General Assembly**. UN Headquarters, Nova Iorque, 12 de set. 2002. Disponível em: <<https://www.un.org/webcast/ga/57/statements/020912usaE.htm>>. Acessado em: 07/04/2019.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2009-2017: Barack Obama) **Remarks by the President at Cairo University**. Cairo, 04 de junho de 2009. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/remarks-president-cairo-university-6-04-09>>. Acessado em: 20/06/2019.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2009-2017: Barack Obama) **Remarks by the President on Comprehensive Immigration Reform**. Las Vegas, 29 de jan. 2013. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2013/01/29/remarks-president-comprehensive-immigration-reform>>. Acessado em: 20/06/2019.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-: Donald J. Trump) **Executive Order Protecting the Nation from Foreign Terrorist Entry into the United States**. Washington, 27 de jan. de 2017. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/executive-order-protecting-nation-foreign-terrorist-entry-united-states/>>. Acessado em: 12/04/2019.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-: Donald J. Trump) **Inaugural Address**. Washington, 20 de jan. de 2017. Disponível em: <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-20-2017-inaugural-address>>. Acessado em: 12/04/2019.

GALLUP. **Presidential Approval Ratings – George W. Bush**. Disponível em: <<https://news.gallup.com/poll/116500/presidential-approval-ratings-george-bush.aspx>>. Acessado em: 07/04/2019.

GREENSTEIN, Fred I. **The George W. Bush Presidency: an Early Assessment**. Baltimore; Londres: The Johns Hopkins University Press, 2003.

HERRMANN, Richard K., LEBOW, Richard Ned. **Ending the Cold War: Interpretations, Causation and the Study of International Relations**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2004.

HESS, Gary R.. **Presidential decisions for war: Korea, Vietnam, and the Persian Gulf**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

INSTITUTE OF INTERNATIONAL EDUCATION (IIE). **Top 25 Places of Origin of International Students, 2014/15-2015/16**. Open Doors Report on International Educational Exchange. Disponível em: <<http://www.iie.org/opendoors>>. Acessado em: 30/09/2017.

KATZ, Samuel M. **Operation Restore Hope and UNOSOM: The International Military Mission of Mercy in Somalia**. Hong Kong: Concord Publications Co, 1993.

KOWALSKI, Jeremy. **The Evolving American Presidency**. Palgrave Macmillan, 2019.

KRAMER, Michael; SHEEHAN, John J. **Special Briefing Air Strike on Iraq**. Departamento de Defesa, Washington, 27 de junho de 1993. C-SPAN. Disponível em: <<https://www.c-span.org/video/?44133-1/special-briefing-us-air-strike-iraq>>. Acessado em: 14 de novembro de 2018.

LAYNE, Christopher. **The unbearable lightness of soft power**. In: PARMAR, Inderjeet; COX, Michael. **Soft Power and US Foreign Policy: Theoretical, Historical and Contemporary Perspectives**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2010.

LIVINGSTON, Steven. **Clarifying the CNN Effect: An Examination of Media Effects According to Type of Military Intervention**. Cambridge: The Joan Shorenstein Center on the Press, Politics and Public Policy, 1997.

LOCK, Edward. **Soft Power and Strategy: Developing a 'Strategic' Concept of Power**. In: PARMAR, Inderjeet; COX, Michael. **Soft Power and US Foreign Policy: Theoretical, Historical and Contemporary Perspectives**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2010.

MARSHALL, Will. **Controversy: Why did Clinton win?** The American Prospect, 1997. Disponível em: <<http://prospect.org/article/controversy-why-did-clinton-win>>. Acessado em: 25/11/2018.

MCCLORY, Jonathan. **The Soft Power 30: A Global Ranking of Soft Power.** The Soft Power 30 Report, Portland, 2016. Disponível em: <https://portland-communications.com/pdf/The-Soft-Power_30.pdf>. Acessado em: 30/09/2017.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: A luta pelo poder e pela paz.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MUFSON, Steven. President Pledges Defense of Taiwan. **The Washington Post.** Washington, 2001. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2001/04/26/president-pledges-defense-of-taiwan/5811b12f-c1c1-4ca6-b77a-0f4a1117a7ce/?utm_term=.b6513da8a74c>. Acessado em: 03/12/2018.

NACOS, Brigitte L. **Terrorism and the media: from the Iran hostage crisis to the World Trade Center bombing.** Nova Iorque: Columbia University Press, 1994.

NAVAL HISTORY AND HERITAGE COMMAND (NHHC). **Operation Enduring Freedom.** U.S. Navy, 2017. Disponível em: <<https://www.history.navy.mil/browse-by-topic/wars-conflicts-and-operations/terrorism/operation-enduring-freedom.html>>. Acessado em: 03/12/2018.

NEWBOLD, General; QUIGLEY, Admiral. **Air Strikes on Iraq.** Departamento de Defesa, Washington, 16 de fevereiro de 2001. C-SPAN. Disponível em: <<https://www.c-span.org/video/?162647-1/air-strikes-iraq>>. Acessado em: 03/12/2018.

NYE, JR., Joseph S. **Soft Power: the means to success in world politics.** Nova Iorque: Public Affairs, 1 ed., 2004.

_____. **The paradox of American power: why the world's only superpower can't go it alone.** Nova Iorque: Oxford University Press, 2002.

PARMAR, Inderjeet; COX, Michael. **Soft power and US foreign policy: theoretical, historical and contemporary perspectives.** Londres; Nova Iorque: Routledge, 2010.

PELEG, Ilan. **The Legacy of George W. Bush's Foreign Policy: Moving Beyond Neoconservatism.** Nova Iorque: Routledge, 2018.

RILEY, Russell L. **Bill Clinton: Domestic Affairs**. University of Virginia: Miller Center. Disponível em: <<https://millercenter.org/president/clinton/domestic-affairs>>. Acessado em: 30/11/2018.

RITCHIE, Nick; RODGERS, Paul. **The Political Road to War with Iraq – Bush, 911 and the drive to overthrow Saddam**. Nova Iorque: Routledge, 2007.

ROBERTS, Adam. NATO's 'Humanitarian War' over Kosovo. **Survival**, The International Institute for Strategic Studies, vol.41, n. 3, 1999, p. 102-123. Disponível em: <<http://www.columbia.edu/itc/sipa/S6800/courseworks/NATOhumanitarian.pdf>>. Acessado em: 30/11/2018.

ROSENTHAL, Andrew. Bush and Gorbachev proclaim a new era for U.S.-Soviet ties; Agree on arms and trade aims. **The New York Times**. Nova Iorque, 04 dez. 1989, p. 01.

SHEAR, Michael D. **Trump will withdraw U.S. from Paris Climate Agreement**. Washington, The New York Times, 01 de jun. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/06/01/climate/trump-paris-climate-agreement.html>>. Acessado em: 12/04/2019.

THE ECONOMIST. **It's the world, stupid**. Washington DC: The Economist Group Limited, 2000. Disponível em: <<https://www.economist.com/united-states/2000/02/17/its-the-world-stupid>>. Acessado em: 30/11/2018.

THE ECONOMIST. **Manifest destiny warmed up?** Londres: The Economist Group Limited, 2003. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/1988940>>. Acessado em: 27/09/2017.

THE NOBEL PRIZE. **The Nobel Peace Prize for 2009**. Oslo, 09 de out. 2009. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2009/press-release/>>. Acessado em: 20/06/2019.

THE WHITE HOUSE. **Fact Sheet: The Secure Fence Act of 2006**. Office of the Press Secretary, 26 de outubro de 2006. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2006/10/20061026-1.html#>>. Acessado em: 10/04/2019.

TUDDA, Chris. **Cold War Summits : A History, from Potsdam to Malta**. Londres; Nova Iorque: Bloomsbury, 2015.

VAN DER PUTTEN, Frans-Paul. **The United States and the Asian ‘Rogue’: From Dogmatism to Pragmatism.** In: DE CEUSTER, Koen; MELISSEN, Jan. *Ending the North Korean Nuclear Crisis: Six Parties, Six Perspectives.* Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’, 2008.

ZAHRAN, Geraldo; RAMOS, Leonardo. **From hegemony to soft power: Implications of a conceptual change.** In: PARMAR, Inderjeet; COX, Michael. *Soft Power and US Foreign Policy: Theoretical, Historical and Contemporary Perspectives.* Londres; Nova Iorque: Routledge, 2010.

ZELIZER, Julian E. **The Presidency of Barack Obama: A First Historical Assessment.** Princeton: Princeton University Press, 2018.